

AVALIANDO A AVALIAÇÃO: INSTRUMENTO DE CONTROLE OU DE EMANCIPAÇÃO?

Marly de Abreu Costa
Doutora em Educação

Professora adjunta da Faculdade de Educação/
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação ou emancipação?* Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000. 151 p.

O sociólogo português Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, vem trabalhando, há alguns anos, a avaliação educacional, tema instigante no cenário educacional contemporâneo, que não se restringe ao plano pedagógico. A avaliação espelha e reflete as políticas públicas dos governos e, em muitas ocasiões, pode tornar-se um poderoso instrumento de controle do Estado. Para o autor, a avaliação educacional vem constituindo um dos vetores mais expressivos das políticas e reformas educativas deste final de século, sobretudo desde o advento dos governos neoliberais e neoconservadores, a partir da crise econômica da década de 1970.

A obra encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, Almerindo preocupa-se em focalizar um conjunto de definições relativas à avaliação educacional, mostrando como esta problemática ultrapassa os aspectos puramente técnicos e permite estabelecer uma ponte entre os processos pedagógicos e os processos sociais e políticos em sentido amplo. Neste sentido, busca definir se a avaliação é um instrumento de regulação e controle; ou de emancipação, desenvolvimento, promoção do ser humano, da escola e das organizações. Enfim, o autor considera que é preciso questionar e verificar a serviço de quem está a avaliação: se é do controle do Estado, do poder coercitivo sobre os professores, sobre a escola; ou se é um instrumento que permite identificar deficiências, buscando corrigi-las no decorrer do processo pedagógico.

Sempre instigante, ainda no primeiro capítulo, o autor apresenta algumas modalidades de avaliação, tais como os exames tradicionais, os testes de inteligência, a avaliação por normas, a avaliação por critérios e a avaliação formativa, objetivando compreender e explicar as razões pelas quais algumas delas continuam a ser utilizadas, enquanto outras são descartadas, e também perceber as relações complexas que determinadas formas de avaliação vêm mantendo com as políticas educacionais contemporâneas.

A avaliação formativa é veementemente defendida pelo autor, que a considera como uma das modalidades de avaliação mais aptas para utilizar os espaços de relativa autonomia que a escola pública possibilita e a que “pode cumprir um papel de rearticulação do estado com a comunidade, à medida que ajudar a promover a aprendizagem dos saberes e objetivos curriculares comuns que decorrem de uma escola básica como projeto de um Estado democrático, sem

excluir as subjetividades e as necessidades que se expressam na e pela comunidade” (2000, p. 130).

No segundo capítulo, Almerindo Afonso procura captar o contexto internacional e a emergência da avaliação educacional como instrumento das reformas educativas que ocorreram em dois países centrais – Estados Unidos e Inglaterra – e dois países semiperiféricos – Portugal e Espanha. O autor argumenta que a avaliação vem servindo ora como controle do Estado, ora como mecanismo de introdução da lógica do mercado, em uma visão neoliberal.

Ao apresentar as reformas educativas dos Estados Unidos e da Inglaterra, o autor mostra que se, por um lado, “a pedra angular das reformas” foi o currículo nacional e o regime de avaliação a ele associado, por outro também é verdade que isto não ocorreu apenas por conta da necessidade de dar uma resposta às exigências da economia e da competição internacional. Afinal, como comenta Goodson (1994), quando está em jogo uma tentativa de restauração dos valores e formas de controle ameaçados pela globalização da informação e das tecnologias da comunicação, o currículo escolar e a avaliação podem proporcionar “uma arena adequada para reassumir o controle e restabelecer a identidade nacional” (p. 96).

Com relação à Espanha e Portugal, Almerindo afirma que as reformas educacionais nestes países obedeceu a uma lógica inversa à que ocorreu nos dois países centrais acima referidos, na medida em que houve uma proposta de avaliação formativa do ensino básico e uma preocupação com a não seletividade na escola básica obrigatória, apesar de ainda estar longe de haver unanimidade destas perspectivas educacionais emancipatórias.

No terceiro e último capítulo, Almerindo Afonso discute as relações entre o Estado, o mercado, a comunidade e a avaliação, mostrando que a redefinição do papel estatal e a revalorização da ideologia do mercado foram fatores cruciais nas mudanças econômicas e políticas que se processaram nos países centrais e buscando, por meio destes referenciais, fazer uma análise sociológica do papel da avaliação educacional nas políticas contemporâneas.

Analisando a política retrospectiva das três últimas décadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, Almerindo mostra como a avaliação, por meio de um Estado que reforça o seu poder de regulação e controle (principalmente sobre o currículo escolar), passa a ser acionada como responsável pela prestação de contas relacionadas com os resultados educacionais. O autor, recusando admitir a nova configuração das políticas educativas que estão dando prioridade ao mercado, procura novamente reforçar o valor da avaliação formativa, considerando-a fundamental na articulação entre o Estado e a comunidade.

Verificamos que situações idênticas às relatadas por Almerindo Afonso vêm ocorrendo também em nosso país. Exemplo disso são as diferentes formas de avaliação externa impostas pelo governo federal, utilizadas como instrumentos de regulação e controle e com as quais estamos convivendo hoje, como o Exame Nacional de Cursos (“Provão”), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A leitura desta obra remete-nos também a questionamentos sobre uma realidade que estamos vivendo em termos de política educacional no estado do Rio de Janeiro, com a implantação do “Projeto Nova Escola” avaliando as escolas públicas fundamentais da rede estadual, com o precípua objetivo de acrescentar ao salário dos professores uma gratificação com base no resultado do desempenho dos alunos, na avaliação da gestão escolar, e de indicadores da eficiência

das escolas. Acreditamos que a competência do professor é um dos indicadores do sucesso escolar, mas não o único. Concordamos plenamente com a avaliação das escolas, dos professores e dos alunos, mas não com os resultados desta avaliação atrelados à questão salarial dos profissionais da educação.

Finalmente, vale a pena registrar a vasta e rica bibliografia utilizada pelo autor, totalizando em 18 páginas mais de três centenas de títulos da mais alta relevância na área. O livro de Almerindo Janela Afonso, por todas as razões já apresentadas, é leitura obrigatória na área de avaliação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GOODSON, Ivor. *Studying Curriculum*. Buckingham: Open University Press, 1994.